

Contrato futuro de IPCA pode ajudar no perfil da dívida pública

Objetivo é incentivar interesse por títulos públicos indexados ao índice

11 DEZ 2004

Jiane Carvalho
de São Paulo

O lançamento do contrato futuro de Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), programado para fevereiro pela Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F), pode ajudar na estratégia de melhora do perfil da dívida pública. O secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, acredita que o contrato futuro do índice terá reflexos no mercado primeiro de títulos públicos, dando maior liquidez aos papéis da dívida corrigidos pelo IPCA. "O produto, elaborado pela BM&F em parceria com o Banco Central e o Tesouro, vai ajudar na liquidez e na demanda por essa modalidade de papéis", diz Levy.

A estratégia de mudança do perfil da dívida pública tem por objetivo aumentar a parcela dos papéis prefixados e reduzir a fatia atrelada ao câmbio e à Selic. "O governo, nos últimos dois anos, tem obtido sucesso na meta de melhorar o perfil da dívida e o contrato futuro do IPCA é mais um instrumento importante nesta direção", diz o secretário. Reduzir a parcela de títulos atrelados à Selic, hoje em 53,81%, colaboraria para a redução da taxa básica. O Tesouro tem ainda 20,35% da dívida atrelada ao dólar, 18,71% de pré-fixada, e 16,56% corrigida por índices de preços, como IPCA e IGPM.

"Para ampliar a parte da dívida atrelada ao IPCA, reduzindo em especial a fatia ligada à Selic, precisamos ter oferta adequada de outros produtos que permitam ao investidor diversificar o risco", observou o secretário. Dois fatores explicam,



Joaquim Levy

segundo Levy, a percepção de que o contrato futuro de IPCA poderá ganhar liquidez rapidamente. O primeiro é o fato de que se trata de um contrato do índice que baliza a meta de inflação. "Além disso, a intenção manifesta do Tesouro de aumentar a participação dos títulos atrelados ao IPCA no estoque da dívida também vai ajudar."

Joaquim Levy lembrou ainda que o contrato futuro do índice deve ajudar a reduzir o custo do financiamento de investimentos em projetos de infra-estrutura. "Uma empresa pode usar o produto da BM&F para se proteger de variações no índice de inflação, quando este for usado para corrigir os contratos de financiamento."

Os contratos futuros do índice serão lançados para quatro vencimentos: fevereiro, maio, agosto e novembro. Os negócios se encerrarão sempre no dia 15 e serão liquidados no mesmo dia do mês subsequente. O ajuste do contrato será feito diariamente. A BM&F

pretende aproveitar a estruturação deste contrato para lançar uma família de produtos referenciados no IPCA, como contratos futuro de cupom e o swap do índice.

O presidente da Câmara de Ativos Financeiros da BM&F e ex-diretor do BC, Luiz Fernando Figueiredo, lembrou que o contrato não espelhará a projeção para o IPCA. Segundo ele, isso não ocorrerá porque, além do IPCA, o contrato também terá um prêmio de risco. "A projeção da inflação, provavelmente, deve se aproximar da verificada na pesquisa do BC e sobre ela terá um prêmio de risco", diz Figueiredo.

Emissão em reais

Sobre os rumores de que o País estaria preparando sua primeira emissão em moeda local, Levy desconversou, garantindo que não há qualquer definição. "Eu não fiz previsão alguma de que teria uma emissão em reais em 2005", afirmou Levy se referindo a notícias de que ele teria feito a afirmação durante encontro com investidores em Nova York. "Temos de completar a avaliação." O secretário também desconversou sobre o interesse manifesto de investidores estrangeiros por papéis denominados em reais. "Não estou sabendo, mas o fato de existir demanda não quer dizer que temos de ofertar este tipo de papel", diz.

Sobre o resultado da viagem aos EUA, Levy ficou satisfeito. "Eles demonstraram muito interesse em investir em papéis brasileiros prefixados e se mostraram surpresos com os números do Brasil", afirma.